

A efetividade da Resolução CNJ n. 201/2015 e seus reflexos no orçamento público

CONSELHEIRO NORBERTO CAMPELO

Resolução CNJ 201/2015

- ◆ Trata-se de ato normativo que contém aspectos teóricos e práticos e que visa a promoção da sustentabilidade ambiental, econômico e social por meio da criação de unidades ou núcleos socioambientais e implantação do Plano de Logística Sustentável - PLS;
- ◆ Alinhamento com a Resolução CNJ 198/2014 que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, onde a Responsabilidade Socioambiental é um dos atributos de valor judiciário para a sociedade;
- ◆ Deve-se promover a efetividade da norma e a sua correlação com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sob pena de esvaziamento do próprio PLS, e descumprimento dos demais normativos legais.

Resolução CNJ 201/2015

- ◆ O PLS é um instrumento de gestão que otimiza a eficiência do gasto público.
- ◆ CUMPRDEC 0005176-96.2014.2.00.0000 (cumprimento da Res. 201).
Consulta aberta ao público;
- ◆ Grupo Técnico Consultivo - GTC (STJ, TSE, TJDF);
- ◆ Grupo Técnico Interinstitucional -GTI (representantes dos segmentos do Poder Judiciário);
- ◆ Balanço Socioambiental do Poder Judiciário (Produto anual a ser oferecido pelo CNJ). Previsão de lançamento Jan/2017;

Resolução CNJ 201/2015

- ◆ Quais as unidades socioambientais já criadas? (dados a serem verificados)
- ◆ O Poder Executivo possui mais de 6.000 Unidades Administrativas de Serviços Gerais, e nem 1% de PLS publicados (12/2014);
- ◆ No âmbito do Poder Judiciário, já foram publicados 50 PLS, dentre 94 órgãos (Conselhos e Tribunais), ou seja, mais **53%**. Diferencial: *CAPACITAÇÃO in loco*
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça – STJ; Tribunal Superior do Trabalho – TST/CSJT Superior Tribunal Militar – STM**
- ◆ **Tribunais de Justiça – AP, AL, AM, CE, DFT, ES, GO, MA, MG, MS, PA, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP**
- ◆ **Tribunais Regionais do Trabalho – AM/RR, BA, DF/TO, ES, GO, MA, MG, RJ, RN, PE, RS, SC, PI**
- ◆ **Tribunais Regionais Eleitorais – AL, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SP, TO**
- ◆ **Tribunais de Justiça Militar – RS, SP, MG**
- ◆ **Tribunais Regionais Federais e seções:** 1ª Região (AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, RO, RR, TO) e 4ª Região (RS, PR e SC).

Grupo de Apoio Técnico e elaboração do glossário

- ◆ O GTC foi constituído para auxiliar no levantamento e gestão dos dados e demais aspectos técnicos referentes à Resolução 201/2015;
- ◆ Os grupos de trabalho atuaram em conjunto para a elaboração do glossário que servirá de base para a alimentação dos indicadores constantes do anexo I da Resolução, no Sistema PLS/Jud, a partir das dúvidas apresentadas pelos Tribunais;
- ◆ Os tribunais pátrios receberam a prévia do glossário e, com vistas à gestão participativa, teceram mais 35 considerações, críticas e sugestões ao documento, contribuindo, significativamente, para o aprimoramento constante e democrático pretendido na elaboração da Resolução.

Resolução CNJ 201/2015

- ◆ Capacitação para o CNJ, ocorrerá na próxima semana (20 e 21 de junho) e será oferecida pelos representantes das Unidades Socioambientais do **STJ, TSE e TJDFT**;

Agradecimentos às instrutoras: Adriana Tostes e Ketlin Feitosa Scartezini e ao instrutor Ganem Amiden Neto

- ◆ De acordo com as demandas externas, esses representantes poderão elaborar capacitação específica a cada órgão do Poder Judiciário;
- ◆ O Sistema PLS-JUD vem sendo aprimorado pelo DTI/CNJ, a pedido do GTI/PLS, e disponibilizará informações referentes a cada indicador a ser preenchido, bem como gráfico de desempenho mensal respectivo;
- ◆ Boas práticas socioambientais serão divulgadas e estimuladas em campo próprio no site do CNJ, por meio da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.



Cortes orçamentários no Poder Judiciário

(pessoal: impossibilidade de cortes)

PLOA 2016 do Poder Judiciário					
Pessoal					
Órgão					
	PLOA	Corte no Congresso	% de corte	LOA	
	a	b	$c = b / a$	$d = a - b$	
STF	371.277.411	3.451.464	0,93%	367.825.947	
STJ	892.058.845	7.761.668	0,87%	884.297.177	
JF	7.757.543.641	35.101.153	0,45%	7.722.442.488	
JMU	355.589.504		0,00%	355.589.504	
JE	4.368.136.671	90.150.727	2,06%	4.277.985.944	
JT	14.526.883.570	93.034.323	0,64%	14.433.849.247	
TJDFT	1.891.510.845	33.807.330	1,79%	1.857.703.515	
CNJ	57.621.833	572.943	0,99%	57.048.890	
Total	30.220.622.320	263.879.608	0,87%	29.956.742.712	

PLOA 2016 do Poder Judiciário					
		Outras despesas correntes (CUSTEIO)			
Órgão	PLOA	Corte no Congresso	% de corte	LOA	
	a	b	$c = b / a$	$d = a - b$	
	STF	222.469.920	52.127.125	23,43%	170.342.795
STJ	326.847.658	63.561.802	19,45%	263.285.856	
JF	2.150.812.841	340.555.082	18,83%	1.810.257.759	
JMU	96.618.548	18.916.599	19,58%	77.701.949	
JE	2.299.679.807	378.925.630	16,48%	1.920.754.177	
JT	2.807.766.065	514.601.516	18,33%	2.293.164.549	
TJDFT	388.286.005	46.345.024	11,94%	341.940.981	
CNJ	104.838.589	27.380.788	26,12%	77.457.801	
Total	8.397.319.433	1.442.413.566	17,18%	6.954.905.867	

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

Órgão	Investimentos			
	PLOA	Corte no Congresso	% de corte	LOA
	a	b	$c = b / a$	$d = a - b$
	STF	34.545.140	17.963.472	52,00%
STJ	35.209.390	18.048.883	51,26%	17.160.507
JF	338.589.290	166.719.909	49,24%	171.869.381
JMU	7.170.280	3.717.444	51,85%	3.452.836
JE	251.633.661	137.033.199	54,46%	114.600.462
JT	538.571.876	429.689.015	79,78%	108.882.861
TJDFT	99.871.112	48.675.645	48,74%	51.195.467
CNJ	76.729.627	41.727.653	54,38%	35.001.974
Total	1.382.320.376	863.575.220	62,47%	518.745.156



Cortes orçamentários no Poder Judiciário

Órgão	TOTAL				
	PLOA	Corte no Congresso	% de corte	LOA	
	a	b	$c = b / a$	$d = a - b$	
STF	628.292.471	73.542.061	11,71%	554.750.410	
STJ	1.254.115.893	89.372.353	7,13%	1.164.743.540	
JF	10.260.945.772	543.276.144	5,29%	9.717.669.628	
JMU	459.378.332	22.634.043	4,93%	436.744.289	
JE	6.919.450.139	606.109.556	8,76%	6.313.340.583	
JT	17.873.221.511	1.037.324.854	5,80%	16.835.896.657	
TJDFT	2.379.667.962	128.827.999	5,41%	2.250.839.963	
CNJ	239.190.049	69.681.384	29,13%	169.508.665	
Total	40.014.262.129	2.570.768.394	6,42%	37.443.493.735	

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

- ◆ Existiram diversas emendas parlamentares que aumentaram um pouco o valor do orçamento por segmento de justiça. Contudo, tais emendas possuíam destinação específica do parlamentar proponente, razão pela qual não se inseriu nas planilhas anteriores;
- ◆ Os dados foram extraídos do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ;
- ◆ No contexto apresentado, impossível permanecer com uma gestão ultrapassada, sendo imprescindível uma dose de reinvenção para a qual o respectivo PLS é ferramenta fundamental considerando a crise econômica que estamos vivendo.

Dados do Poder Judiciário (fonte: *Justiça em Números 2015*)

- ◆ Recursos Humanos
- ◆ Total de servidores: 278.707
- ◆ Total de magistrados: 16.927
- ◆ Total de trabalhadores auxiliares: 139.298
- ◆ (estagiários, terceirizados, juízes leigos e conciliadores)

- ◆ Recursos Financeiros
- ◆ Total de despesas: 68,4 bilhões
- ◆ Retorno aos cofres públicos: 26,9 bilhões

- ◆ Litigiosidade
- ◆ Processos em estoque: 70,8 milhões

Obs: Houve diminuição do número de servidores, aumento do número de juízes, aumento das despesas totais e do número dos processos judiciais em tramitação.

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

Há necessidade premente de pensarmos numa Administração pública contemporânea, a ser vista de forma sistêmica, onde não há diferença entre área meio e fim, pois todos representam a instituição. Foco na governança e gestão corporativa.

Resultados de PLS publicados/Boas práticas:

- ◆ **STF:** eliminação de copos plásticos: redução de 97,25% no consumo. Incentivo ao uso da caneca individual
- ◆ **TJMT:** reutilização de água no Fórum da Capital – economia de 1,2 mil litros/dia.
- ◆ **TJSC:** adoção do papel produzido a partir do bagaço da cana de açúcar.
- ◆ **TJTO:** corte de impressão da contrafé: redução de 13% nas impressões, com projeção de 90%.

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

- ◆ **TJPA:** redução nas cotas de uso de telefonia fixa e móvel, combustível e lanches dos magistrados.
- ◆ **TJPB:** redução no consumo de energia, entre abril e março deste ano, economizando cerca de R\$ 49 mil.
- ◆ **TRE/PR:** INFODIP (sistema permite o encaminhamento, por via eletrônica, das comunicações de óbitos, suspensão e restabelecimento de direitos políticos, entre os órgãos comunicantes e os TREs, de forma a conferir maior agilidade no processamento destas informações e redução de custos ao interessado e à Justiça Eleitoral) – implantado em 14 TREs até o momento.
- ◆ **TJM/MG:** construção de nova sede com aproveitamento de resíduos (1,13 toneladas de materiais para reciclagem, reduzindo a extração de minério de cobre em 107.635 toneladas).

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

- ◆ **TRF 2ª Região:** alterou o modelo tarifário contratado para energia elétrica, o que gerou, em 12 (doze) meses, uma economia de cerca de R\$ 1.000.000,00
- ◆ **TRF 4ª Região:** utilização de lâmpadas com menor gasto de energia. Redução no uso de copos plásticos - ao público é ofertado copo de papel. Campanha de conscientização ambiental nos painéis de acesso às dependências do Tribunal.
- ◆ **TRF 1ª Região:** solução caseira- uso das tampas de detergente como redutor de vazão das torneiras e garrafas pet como redutor de água das descargas. Adoção de cotas de telefonia fixa, móvel e uso da tecnologia VoIP.
 - ◆ Seção Judiciária de MG: ações da Comissão de Sustentabilidade resultaram em 20% de economia de água, comparando-se os anos de 2014 e 2015.

Cortes orçamentários no Poder Judiciário

- ◆ **TRE/PE:** redução do consumo de papel, com o envio por formato digital de cópias de processos que envolvem perda de mandato e aproveitamento da água eliminada por ares-condicionados para lavagem de pisos e rega de planta.
 - ◆ Ecos de Pernambuco: comitê formado por representantes dos TRT, TRF5, TRE, TCE, TJPE para efetuar compras sustentáveis. Realizou a “*V Capacitação sobre Compras Públicas Sustentáveis*” .
- ◆ **TRE/SP:** instalação nos hidrômetros de sistema de telemedição da Sabesp, que permite visualizar o consumo de água em tempo real, para sanear eventuais vazamentos
- ◆ **TRE/MS:** adoção de cotas de combustível.
- ◆ **TRT 6ª Região:** em 2016 suspendeu todas as alterações de layout e priorizou as capacitações à distância. Capacitação dos servidores sobre acessibilidade no atendimento ao público.



Cortes orçamentários no Poder Judiciário

- ◆ **TRT 8ª Região:** está construindo nova sede com painéis de energia solar.
 - ◆ Aliança Justiça Verde: união com o MPT, MPF, MPE, TJ e TCE para realização de compras sustentáveis
- ◆ **TRT 11ª Região:** redução do uso das impressoras em 30%. Revisão dos contratos de limpeza e vigilância.
- ◆ **TRT 16ª Região:** parceria com a companhia energética do Estado – doação de resíduos em troca de bônus na conta de energia elétrica. Parceria com OCIP – prestação de consultoria em troca de cartuchos de impressão vazios. Organização capacita jovens em cursos de informática e dá destinação final ambientalmente correta aos resíduos eletrônicos.
- ◆ **TRT 17ª Região:** estabeleceu metas de gastos em 2016 para novas despesas de manutenção e projetos, infraestrutura, material e logística e tecnologia de informação e comunicação.
- ◆ **TRT 23ª Região:** corte no uso de copos descartáveis pelo público

CNJ E RELEVANTES ATOS

- ◆ Convolação da Recomendação 27/2009 na Resolução, obrigando o Judiciário e seus serviços auxiliares a adotarem medidas que garantam a acessibilidade dos usuários com deficiência, atendimento adequado a esse público, as adaptações arquitetônicas que permitam a livre e autônoma movimentação, assegurando, ainda, atendimento e tramitação processual prioritários, quando forem parte ou interessado.
- ◆ Regulamentação do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário;
- ◆ Revisão da Resolução 34/2007, inserindo o “Art. 5º-A As atividades de *coaching*, destinadas à assessoria individual ou coletiva de pessoas, inclusive na preparação de candidatos a concurso público, não é considerada atividade docente”.



Resolução CNJ 201/2015

“Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades.”

Papa Francisco
Encíclica Laudato Si

Conselheiro Norberto Campelo

gabinete.norberto@cnj.jus.br;

+55 61-23264963